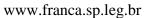


CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA

ESTADO DE SÃO PAULO





AUTÓGRAFO LEI Nº 7766/2024 Projeto de Lei nº 34/2024

Dispõe sobre a autorização para dirigir veículos oficiais da Administração Pública, por servidores públicos, no exercício das funções do cargo ou emprego público e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Franca, Estado de São Paulo, nos termos da Lei Orgânica do Município.

APROVA

Art. 1º A Administração Municipal Direta e Indireta poderá autorizar seus servidores públicos efetivos, detentores de cargo ou emprego público, a dirigir veículos oficiais, desde que seja destinada ao exercício de suas funções.

Art. 2º O servidor público deverá apresentar requerimento acompanhado de:

- I justificativa;
- II indicação da espécie/tipo do veículo a ser utilizado;
- III cópia da Carteira Nacional de Habilitação com categoria compatível com a espécie/tipo de veículo a ser conduzido.

Parágrafo único. Compete ao Secretário Municipal do órgão, a que pertença o servidor, a expedição da autorização e o exercício da fiscalização e controle do uso.

Art. 3º É vedado ao servidor público autorizado:

- I ceder à direção do veículo a terceiros;
- II utilizar o veículo em atividades particulares ou diversas daquelas para as quais fora autorizado;
- III transportar pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço.

Art. 4º Caberá ao servidor, antes de iniciar a condução do veículo, o dever de conferir a documentação e os itens necessários à sua utilização segura.

Parágrafo único. Deverá o servidor encaminhar o veículo para a manutenção preventiva periódica, bem como para a corretiva sempre que se fizer necessária, nos termos do regulamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA

ESTADO DE SÃO PAULO

www.franca.sp.leg.br



Art. 5º São deveres dos servidores que dirigirem veículos oficiais:

- I respeitar as normas de trânsito;
- II efetuar a troca emergencial de pneus, bem como solicitar quaisquer providências que se fizerem necessárias por ocorrências havidas durante o percurso;
- III zelar pelo veículo, inclusive pelas suas ferramentas, acessórios, estepe e documentação;
- IV comunicar a sua chefia imediata, por escrito, a respeito de defeitos mecânicos e/ou avarias do veículo;
- V preencher corretamente o diário de bordo e proceder à guarda do veículo em local adequado: e
- VI exibir a autorização concedida, sempre que solicitada por quem de direito.

Art. 6º Ao servidor condutor caberá a responsabilidade pelo pagamento das multas decorrentes de infrações por atos praticados na direção do veículo.

Parágrafo único. A autorização concedida nos termos desta lei não estende ao servidor autorizado qualquer direito, benefício ou gratificação concedida aos servidores ocupantes de cargo ou emprego público de motorista.

Art. 7º O Poder Executivo irá regulamentar a execução desta lei, especialmente quanto aos procedimentos para a concessão da autorização, bem como em relação à manutenção periódica e corretiva, fiscalização, diário de bordo e controle do uso dos veículos oficiais.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

FRANCA, 14 de maio de 2024



CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA

ESTADO DE SÃO PAULO



www.franca.sp.leg.br

WALMIR DE SOUSA DELLA MOTTA Presidente
LURDINHA GRANZOTTE
Vice-presidente
KAKÁ
1º Secretário
LINDSAY CARDOSO
2ª Secretária